



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

26 de outubro

de 2021

MPMA lança Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM)

Foi realizado na manhã desta segunda-feira, 25, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, o lançamento do Programa de Atuação em Defesa de **Direitos Humanos** (Padhum). O programa é composto por planos de atuação com orientações teóricas e práticas para a atuação conjunta e articulada dos promotores de justiça acerca de demandas relativas a **direitos humanos**, com o objetivo de promover uma atuação efetiva em seis eixos prioritários e a indução de políticas públicas.

No lançamento, o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), José Márcio Maia Alves, fez a apresentação do Programa, que está inserido na proposta da atual administração do **MPMA** de promover a efetividade dos **direitos humanos**. Além do Padhum, estão inseridos nesse contexto as Promotorias de Justiça Distritais, os programas de atuação das Promotorias de Justiça e a construção de equipamentos institucionais, como o Núcleo de Promoção da Diversidade (Nudiv) e a Comissão de Interação com a Sociedade Civil (Cisc).

O Padhum é baseado em pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O Núcleo Científico do Programa realizou um levantamento de dados e geração de conhecimento sobre os temas, seguido de minutas de Recomendação, que foram refinadas em grupos de trabalho formados por membros da instituição.

Em seguida, foram elaborados os projetos executivos e os planos de monitoramento, com indicadores de resultados, além das peças que serão disponibilizadas aos promotores de justiça. Os planos de atuação foram repassados aos Centros de Apoio Operacional (CAOps) das respectivas áreas, que irão coordenar a aplicação do Programa.

ESTRATÉGIAS DOS EIXOS

José Márcio Maia Alves apresentou os seis eixos do Padhum - enfrentamento da violência psicológica contra a mulher e do feminicídio, direitos de pessoas em situação de rua, combate ao **racismo**, à LBGTFobia e à intolerância religiosa, direitos de pessoas que vivem com HIV/Aids, direitos de comunidades quilombolas e direitos de pessoas que vivem em insegurança alimentar.

Desses, foram apresentados neste primeiro momento os dois primeiros. No eixo que trata da violência de gênero, constam estratégias como a reeducação de agressores, combate à violência psicológica, acolhimento de vítimas secundárias do feminicídio, garantia de cumprimento de medidas protetivas de urgência, incorporação da perspectiva de gênero nas investigações e processos, combate à publicidade sexista, fortalecimento dos sistemas municipais de políticas para as mulheres e a aplicação do formulário de avaliação de risco às mulheres que chegam à rede de proteção.

Já na defesa da população de rua, foram elencadas estratégias como o fomento à rede de proteção e à construção de políticas estaduais e municipais voltadas a esse grupo, além de uma abordagem adequada e não criminalizante dessa população. O acesso ao **Ministério Público** é outra frente de atuação, bem como a busca pela garantia dos direitos à liberdade, à saúde, à assistência social e à moradia.

"Esse é o Programa de Atuação em **Direitos Humanos** e através dele o **Ministério Público** buscará amenizar a ocorrência desses problemas apresentados que são tão aviltantes à dignidade da população maranhense. Precisamos nos religar com a sociedade através da prestação de serviços que sejam úteis e relevantes a ela, sempre dialogando e pondo na ordem do dia das promotorias o que aflige as pessoas que mais precisam de nós", finalizou José Márcio Maia Alves.

PARCEIROS

O coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, José de Ribamar Marques, fez um resgate do movimento de organização das populações de rua desde 2004, quando houve um massacre na Praça da Sé em São Paulo e destacou os avanços e espaços ocupados pela população de rua. Um desses pontos foi a realização de contagens sobre a população de rua, para embasar políticas públicas específicas. De 2007 a 2019, no entanto, a população de rua no país mais do que dobrou.

José de Ribamar Marques ressaltou a importância das propostas apresentadas pelo **Ministério Público** e afirmou que elas deverão fazer parte do plano

estadual sobre a população de rua que está em desenvolvimento. Ele reforçou, também, que a assistência social é a porta de entrada para a garantia de direitos, que se efetivam sobretudo com a garantia de moradia. "Em nome da população de rua, queremos parabenizar o **Ministério Público** por essa iniciativa".

A representante do Fórum Maranhense de Mulheres, Mary Ferreira, também lembrou a atuação por uma política de igualdade de gênero no Maranhão, que se desenvolve desde a década de 1970, que alcançou conquistas mas também verificou retrocessos. A professora enfatizou a importância de que as instituições enfrentem a questão da violência contra a mulher e ressaltou a importância da parceria para a construção de formas que erradiquem a violência de gênero no Maranhão.

O presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior, observou a importância da autonomia do **Ministério Público** para garantir direitos da sociedade. "Quando vivemos, nas últimas semanas, sérias ameaças à autonomia do **Ministério Público**, esse alerta precisa ser dado. Não adianta um **Ministério Público** fraco, que não tenha condições de garantir os **direitos humanos**", observou o **promotor de justiça**.

A secretária de estado da Mulher, Ana do Gás, destacou a atuação do **Ministério Público** do Maranhão em diversas frentes de garantia de **direitos humanos**. A secretária observou que a pandemia da Covid-19 trouxe consigo um aumento significativo da violência de gênero e destacou avanços como a criação de mais delegacias especializadas da mulher, a ampliação da Patrulha Maria da Penha para novos municípios e a criação da Casa da Mulher Maranhense em municípios do interior do estado. "O Padhum só vem fortalecer o potencial do **Ministério Público** do Maranhão no combate à violência de gênero e à garantia de políticas direcionadas a essas parcelas da população", afirmou a secretária.

O secretário de estado de **Direitos Humanos** e Participação Popular, Francisco Gonçalves, que representou o governador Flávio Dino, afirmou que vários grupos são representados de forma desumanizada na sociedade. "E quando retiramos dessas pessoas a humanidade, negamos qualquer forma de conexão entre nós", afirmou. De acordo com o secretário, é necessário que esses grupos sejam escutados para que relações desiguais sejam rompidas na sociedade.

Francisco Gonçalves parabenizou a iniciativa do **Ministério Público** "que consolida e confere maior

articulação entre as diferentes ações do MP e, com isso, dá maior eficácia ao trabalho. É importantíssima a participação do **Ministério Público** na construção de redes de direitos, que envolvam outros atores com igual capacidade de interferir na realidade a favor da promoção e proteção dos direitos fundamentais".

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, lembrou dos avanços do **Ministério Público** desde a sua entrada na instituição, em 1980. De acordo com o chefe do **MPMA**, a Constituição de 1988 fez do MP o defensor da sociedade, aumentando o seu leque de atribuições. Para Eduardo Nicolau, o foco da instituição precisa estar nos desvalidos e necessitados. "Temos que estar ao lado do povo, cuidando de gente. O povo tem que ser a nossa primeira obrigação", enfatizou.

Também compuseram a mesa de honra da solenidade a corregedora-geral do **MPMA**, Themis Maria Pacheco de Carvalho; o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia Rocha; o defensor público-geral, Alberto Pessoa Bastos; a co-vereadora do Coletivo Nós, Flávia Almeida; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de **Direitos Humanos**, Cristiane Gomes Coelho Maia Lago; a coordenadora do Nudiv, Samira Mercês dos Santos; e a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero, Sandra Fagundes Garcia.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1078205/mpma-lanca-programa-de-atuacao-em-defesa-de-direitos-humanos-padhum>

Acusado de decapitar homem é condenado em Timbiras

Daniel Sousa

O Poder Judiciário da Comarca de Timbiras realizou na última semana, dia 21, uma sessão do Tribunal do Júri, que teve como réu o homem Domingos Adão Furtuosa de Castro. Ele estava sendo acusado de ser o autor de um crime que chocou a zona rural de Timbiras. Ao final, o conselho de sentença votou pela condenação de Domingos, que recebeu a pena definitiva de 12 anos de reclusão. A pena deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, na Unidade Prisional de Codó. A sessão, realizada na Câmara de Vereadores da cidade, foi presidida pelo juiz titular Pablo Carvalho e Moura.

Relata a denúncia que, em 8 de janeiro deste ano, Domingos Adão teria matado o homem Marcos José Antônio de Oliveira Santos. O homicídio foi praticado mediante uso de uma arma branca, tipo facão, tendo a vítima recebido diversos golpes, chegando a ser decapitada. Em depoimento junto às autoridades policiais, o denunciado tentou se livrar da acusação, alegando legítima defesa, tese essa que se contradiz, mediante a quantidade de lesões causadas na vítima.

Ele afirmou que Marcos José tentou matá-lo, daí a reação que ele teve, culminando na morte de Marquinhos. Mesmo ferido, a vítima tentou fugir das agressões, sendo novamente atingida por Domingos Adão que, após várias investidas, terminou por decapitar Marcos José. O acusado foi denunciado pelo pai da vítima, que estava indignado com a morte violenta do filho. O crime ocorreu no Povoado Melancia, localidade da zona rural de Timbiras.

"Por maioria de votos, o conselho de sentença reconheceu a materialidade e a autoria delitiva, e também, por maioria de votos, respondeu negativamente ao pedido de absolvição genérica (.). Ademais, por maioria de votos, o conselho de sentença reconheceu a qualificadora do emprego de meio cruel, negando a causa de diminuição da pena", relata a sentença.

Além do magistrado, presidente do júri, atuou na sessão de julgamento, na acusação, o **promotor de Justiça** Carlos Augusto Soares, titular de Codó e respondendo por Timbiras. Na defesa do acusado Domingos Adão, atuou o advogado nomeado Thiago Antônio Maciel Lima.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Site: <https://blogdodanielsousa.com.br/acusado-de-decapitar-homem-e-condenado-em-timbiras/>

EM TIMON, AGENTES PENITENCIÁRIOS DENUNCIAM MAUS- TRATOS DURANTE O TRABALHO

Leandro de Sá

Menu

O texto a seguir foi enviado à redação do BLOG DO DE SÁ por agentes penitenciários da cidade de Timon.

" Cumpre-nos denunciar os absurdos que acontecem no Sistema Penitenciário Maranhense, incluindo a Penitenciária Regional de Timon, tendo como atual Diretor o Policial Willian Nunes Leite Filho, onde servidores pedem ajuda às autoridades competentes diante do cometimento de tais crueldades.

Formalizamos então esta denúncia perante entidades externas em prol do interesse público tendo em vista provável indicativo de greve e manifestações!

Para tanto, enviamos os fatos para vosso conhecimento e pedimos ajuda na divulgação dos fatos ocorridos à sociedade!

Em anexo, para vossa ciência e análise, temos a manifestação do senhor Desembargador Marcelo Carvalho Silva (Coordenador- Geral da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento e fiscalização do Sistema Carcerário do **Maranhão**), onde o mesmo exige ao Secretário da SEAP, Murilo Andrade, providências contra práticas de assédio moral e perseguição do então Diretor da Penitenciária Regional de Timon (Willian Nunes Leite Filho) contra servidores, como também os **maus tratos** e a matança de dezenas de cães que viviam ao redor da Penitenciária de Timon!

Em anexo, temos documentos do **MPMA** e fotos dos colchões podres onde os servidores são obrigados a usar no horário de repouso, servidores auxiliares terceirizados usando armas de fogo e servidores jantando sentados em redes de dormir!

Na denúncia enviada ao **Ministério Público** do Estado do **Maranhão**, podemos contemplar:

Maus tratos a servidores da Penitenciária Regional de Timon onde o Diretor William Leite (com total desrespeito e falta de consideração com os

servidores), disponibiliza colchões em estado deplorável de conservação (alguns colchões até retirados das celas de presos) e jogados no chão para que servidores e policiais penais fizessem uso!

Proibição pelo Diretor da Penitenciária Regional de Timon Willian Nunes Leite que policiais penais e servidores da Penitenciária Regional de Timon alimentassem e dessem de beber água a gatos e cães, para que os **animais** morressem, como também, ameaçando servidores de remoção para lugares distantes (como já é de praxe na SEAP) se não cumprissem tais ordens! (Após isso, mais de 20(vinte) cães e gatos sem nenhum problema de saúde foram sacrificados (apenas por viverem próximo a Penitenciária Regional de Timon), pois eram alimentados pelos servidores policiais penais e ajudavam na segurança da penitenciária, que fica isolada na zona rural de Timon).

Servidores do turno da noite da Penitenciária Regional de Timon são obrigados a jantar sentados em redes ou no chão, pois na parte da noite não tem em seu alojamento sequer uma mesa e cadeiras para que façam seu jantar com dignidade! Se existe geladeira, panelas e fogão, estes foram doados e comprados pelos próprios servidores através de "vaquinhas" até mesmo rádios comunicadores os servidores tem que comprar de seu próprio dinheiro!

Com total descaso à alimentação dos servidores, que é feita por detentos, correndo o risco de envenenamento, alimentação de péssima qualidade à base de linguiça calabresa!

Servidores auxiliares terceirizados da Penitenciária Regional de Timon são obrigados a fazer uso de armas de fogo sem possuírem treinamento, como também ocorre desvio de função, pois dirigem e transportam presos sem a habilitação correspondente à categoria!

Caso alguém se interesse em ajudar, os servidores do Sistema Penitenciário do **Maranhão** agradecem, pois já não aguentam tanto assédio moral, perseguições e remoções de caráter punitivo que acontecem dentro do sistema penitenciário do **Maranhão** contra

servidores públicos, onde o secretário Murilo Andrade há anos vem tocando o terror!

Servidores denunciaram esses acontecimentos não só ao **MPMA**, mas também a Comissão de Defesa dos Direitos dos **Animais/OAB**, onde até a presente data, esperam providência.

Há tempos, servidores do sistema penitenciário do **Maranhão** pedem socorro pelos atos de perseguição e assédio moral praticados na SEAP, mas sem nenhuma resposta das autoridades, que apenas lhes dão as costas!

Sem aguentarmos mais tantas ilegalidades pedimos afastamento imediato dos Diretores desta penitenciária regional de Timon, além de investigação, possível termo de ajuste de conduta e implantação de projeto de combate a assédio moral e sexual dentro desta mesma penitenciária"!

Respeitosamente!

O seu endereço de e-mail não será publicado.
Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/em-timon-agentes-penitenciarios-denunciam-maus-tratos-durante-o-trabalho/>

Acusado de decapitar homem é condenado a 12 anos de prisão em Timbiras

GILBERTO LIMA

O Poder

Judiciário da Comarca de Timbiras realizou, na última quinta-feira (21), uma

sessão do Tribunal do Júri, que teve como réu Domingos Adão Furtuosa de Castro,

acusado de ser o autor do assassinato de Marcos José Antônio de Oliveira

Santos, de 22 anos, no dia 8 de janeiro deste ano.

Ao final, o

conselho de sentença votou pela condenação de Domingos, que recebeu a pena

definitiva de 12 anos de reclusão, que deverá ser cumprida, inicialmente, em

regime fechado, na Unidade Prisional de Codó. A sessão, realizada na Câmara de

Vereadores da cidade, foi presidida pelo juiz titular Pablo Carvalho e Moura.

"Por

maioria de votos, o conselho de sentença reconheceu a materialidade e a autoria

delitiva, e também, por maioria de votos, respondeu negativamente ao pedido de

absolvição genérica (.). Ademais, por maioria de votos, o conselho de sentença

reconheceu a qualificadora do emprego de meio cruel, negando a causa de

diminuição da pena", relata a sentença.

Além do

magistrado, presidente do júri, atuou na sessão de julgamento, na acusação, o

promotor de Justiça Carlos Augusto Soares, titular de Codó e respondendo por

Timbiras. Na defesa do acusado Domingos Adão, atuou o advogado nomeado Thiago

Antônio Maciel Lima.

O assassinato

O crime

ocorreu no Povoado Melancias, na zona rural de Timbiras, e foi praticado

mediante uso de uma arma branca, tipo facão, tendo a vítima recebido diversos

golpes, chegando a ser decapitada.

Em

depoimento junto às autoridades policiais, o denunciado tentou se livrar da

acusação, alegando legítima defesa, tese essa que se contr

adiz, mediante a

quantidade de lesões causadas na vítima.

Ele afirmou

que Marcos José tentou matá-lo, daí a reação que ele teve, culminando na morte da

vítima. Mesmo ferido, Marcos tentou fugir das agressões, sendo novamente

atingido por Domingos Adão. Após várias investidas, o assassino terminou por

decapitar Marcos José.

O acusado

foi denunciado pelo pai da vítima, que estava indignado com a morte violenta do

filho.

Site: <https://www.gilbertolima.com.br/2021/10/acusado-de-decapitar-homem-e-condenado.html>

EM TIMON, AGENTES PENITENCIÁRIOS DENUNCIAM MAUS- TRATOS DURANTE O TRABALHO

O texto a seguir foi enviado à redação do BLOG DO MAYLSON REIS por agentes penitenciários da cidade de Timon.

" Cumpre-nos denunciar os absurdos que acontecem no Sistema Penitenciário Maranhense, incluindo a Penitenciária Regional de Timon, tendo como atual Diretor o Policial Willian Nunes Leite Filho, onde servidores pedem ajuda às autoridades competentes diante do cometimento de tais crueldades.

Formalizamos então esta denúncia perante entidades externas em prol do interesse público tendo em vista provável indicativo de greve e manifestações!

Para tanto, enviamos os fatos para vosso conhecimento e pedimos ajuda na divulgação dos fatos ocorridos à sociedade!

Em anexo, para vossa ciência e análise, temos a manifestação do senhor Desembargador Marcelo Carvalho Silva (Coordenador- Geral da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento e fiscalização do Sistema Carcerário do **Maranhão**), onde o mesmo exige ao Secretário da SEAP, Murilo Andrade, providências contra práticas de assédio moral e perseguição do então Diretor da Penitenciária Regional de Timon (Willian Nunes Leite Filho) contra servidores, como também os **maus tratos** e a matança de dezenas de cães que viviam ao redor da Penitenciária de Timon!

Em anexo, temos documentos do **MPMA** e fotos dos colchões podres onde os servidores são obrigados a usar no horário de repouso, servidores auxiliares terceirizados usando armas de fogo e servidores jantando sentados em redes de dormir!

Na denúncia enviada ao **Ministério Público** do Estado do **Maranhão**, podemos contemplar:

Maus tratos a servidores da Penitenciária Regional de Timon onde o Diretor William Leite (com total desrespeito e falta de consideração com os servidores), disponibiliza colchões em estado deplorável de conservação (alguns colchões até retirados das celas de presos) e jogados no chão para

que servidores e policiais penais fizessem uso!

Proibição pelo Diretor da Penitenciária Regional de Timon Willian Nunes Leite que policiais penais e servidores da Penitenciária Regional de Timon alimentassem e dessem de beber água a gatos e cães, para que os **animais** morressem, como também, ameaçando servidores de remoção para lugares distantes (como já é de praxe na SEAP) se não cumprissem tais ordens! (Após isso, mais de 20(vinte) cães e gatos sem nenhum problema de saúde foram sacrificados (apenas por viverem próximo a Penitenciária Regional de Timon), pois eram alimentados pelos servidores policiais penais e ajudavam na segurança da penitenciária, que fica isolada na zona rural de Timon).

Servidores do turno da noite da Penitenciária Regional de Timon são obrigados a jantar sentados em redes ou no chão, pois na parte da noite não tem em seu alojamento sequer uma mesa e cadeiras para que façam seu jantar com dignidade! Se existe geladeira, panelas e fogão, estes foram doados e comprados pelos próprios servidores através de "vaquinhas" até mesmo rádios comunicadores os servidores tem que comprar de seu próprio dinheiro!

Com total descaso à alimentação dos servidores, que é feita por detentos, correndo o risco de envenenamento, alimentação de péssima qualidade à base de linguiça calabresa!

Servidores auxiliares terceirizados da Penitenciária Regional de Timon são obrigados a fazer uso de armas de fogo sem possuírem treinamento, como também ocorre desvio de função, pois dirigem e transportam presos sem a habilitação correspondente à categoria!

Caso alguém se interesse em ajudar, os servidores do Sistema Penitenciário do **Maranhão** agradecem, pois já não aguentam tanto assédio moral, perseguições e remoções de caráter punitivo que acontecem dentro do sistema penitenciário do **Maranhão** contra servidores públicos, onde o secretário Murilo Andrade há anos vem tocando o terror!

Servidores denunciaram esses acontecimentos não só ao **MPMA**, mas também a Comissão de Defesa dos Direitos dos **Animais/OAB**, onde até a presente data, esperam providência.

Há tempos, servidores do sistema penitenciário do **Maranhão** pedem socorro pelos atos de perseguição e assédio moral praticados na SEAP, mas sem nenhuma resposta das autoridades, que apenas lhes dão as costas!

Sem aguentarmos mais tantas ilegalidades pedimos afastamento imediato dos Diretores desta penitenciária regional de Timon, além de investigação, possível termo de ajuste de conduta e implantação de projeto de combate a assédio moral e sexual dentro desta mesma penitenciária"!

Respeitosamente!

Site: <https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/10/em-timon-agentes-penitenciarios.html>

30% dos alunos da rede pública não receberam merenda escolar na pandemia

BRASÍLIA - Em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a representante no Brasil da plataforma Plataforma de **Direitos Humanos**, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), Mariana Santarelli, afirmou que a distribuição de cestas básicas para alunos da rede pública de ensino não foi feita de forma regular.

Monitoramento feito pela entidade revelou que mais de 30 % dos alunos não receberam nenhum tipo de ajuda para se alimentarem e 21% afirmaram que só receberam a cesta uma vez em 15 meses de pandemia.

Desde o ano passado, a Lei 13987/20 permite que alimentos que seriam servidos nas escolas públicas de todo País fossem distribuídos para os alunos consumirem em suas casas, já que as escolas estavam fechadas por causa da pandemia de Covid-19.

Autor do projeto que originou a lei, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) ressaltou que o objetivo da medida foi permitir, que mesmo na pandemia, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) continuasse a existir. Apenas com essa pequena mudança que permitiu a entrega da refeição para essas crianças que muitas vezes é a única do dia", disse.

A representante do PNAE, Maria Sineide dos Santos, assegurou que o governo acompanha a distribuição da merenda escolar por meio de parcerias com o **Ministério Público** Federal, organizações da sociedade civil, e universidades federais. Por ano, a gente atinge mais de 400 municípios para fazer esse acompanhamento contínuo e não apenas num momento de fiscalização", afirmou.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende a cerca de 41 milhões de estudantes em todo o País e repassa para estados e municípios recursos financeiros da ordem de R\$ 4 bilhões por ano.

Dificuldades - A representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Selma Maquiné, destacou o esforço dos municípios na entrega dos kits de alimentos para os alunos, apesar da dificuldade na logística de entrega e do valor reduzido pago pelo PNAE que varia de R\$ 0,35 a R\$ 1,07, por aluno, ao

dia.

Em junho de 2020, a CNM realizou levantamento próprio com cerca de 1200 municípios e constatou que 85% distribuíram alimentos às famílias dos estudantes durante a suspensão das aulas. Inclusive com recursos além do PNAE e não vinculados à educação", ressaltou.

No Amapá, a representante do Conselho Estadual de Alimentação, Ilma Santos, afirmou que a maior dificuldade foi na entrega desses alimentos nas áreas indígenas, o que foi parcialmente solucionado com a ajuda da Funai.

Já no Rio de Janeiro, a representante do Conselho Estadual de Alimentação, Sandra Pedroso, destacou como maior dificuldade a falta de diálogo com os gestores responsáveis pela organização da entrega dos kits de alimentos e a falta de compromisso de compra desses produtos dos agricultores familiares.

Mariana Santarelli pediu aos parlamentares que revejam a lei que regulamenta o PNAE para garantir um reajuste nos recursos pagos para cada aluno capaz de cobrir, pelo menos, a inflação.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Site: <https://imirante.com/brasil/noticias/2021/10/26/30-dos-alunos-da-rede-publica-nao-receberam-merenda-escolar-na-pandemia.shtml>